

MULHERES E FUTEBOL: UM ESTUDO SOBRE ESPORTE E PRECONCEITO¹

Marcelo Victor da Rosa²

Carlos Igor de Oliveira Jitsumori³

Andrey Monteiro Borges⁴

Maria Elizia de Melo Ribeiro⁵

Resumo: Esta pesquisa teve por objetivo identificar preconceitos vividos por mulheres praticantes de futebol. As informações foram obtidas por meio de um questionário respondido por 47 praticantes do esporte. O preconceito acontece de forma direta e indireta, sendo proferido pela família das atletas e até mesmo pelas próprias jogadoras. Por isso, surge a necessidade de mais estudos e discussões acerca do futebol feminino, para que este seja visto como um esporte para todos/as e para que a mulher não necessite passar pelo constrangimento de ter sua sexualidade questionada simplesmente por gostar e jogar futebol.

Palavras-chave: Futebol; Mulheres; Gênero.

Abstract: This research has the aim to identify prejudices lived by female soccer players. The information was gathered from a questionnaire answered by 47 female soccer players who play soccer. The prejudice happens in a direct and indirect way, being delivered by the families or even by the soccer players themselves. That's why the need of more studies and discussion about female soccer arises, so that it should be considered as a sport for all, and the woman doesn't need to go through the awkwardness of having her sexuality questioned just because she likes and plays soccer.

Keywords: Soccer; Women; Gender.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Código de Financiamento 001.

2 Doutor em Educação na Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Professor-adjunto da UFMS. E-mail: marcelo.rosa@ufms.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0621-0389>

3 Doutorando em Educação pela UFMS. E-mail: onixs21@yahoo.com.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4050-6239>

4 Mestre em Antropologia Social pela UFMS. E-mail: andreyedfisicaa@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5375-2471>

5 Licenciada em Educação Física pela UFMS. E-mail: barrosao78@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9475-2654>

Introdução

A Educação Física tem uma especificidade: a cultura de movimento. Esses conhecimentos, vivências e experiências que são perpassadas pelo/para o corpo estampam diversas práticas reiteradas da nossa sociedade, particularmente, neste estudo, aquelas relativas às performances de gênero de Judith Butler (2016).

De antemão, faz-se necessário conceituar “gênero”. De acordo com Marinês dos Santos (2018), “gênero” é um conjunto variado de significados culturais em construção nas diferenças entre homens e mulheres, que perpassa a discussão de masculinidades e feminilidades. De forma a complementar, Butler afirma que:

O gênero é uma complexidade cuja totalidade é permanentemente protelada, jamais plenamente exibida em qualquer conjuntura considerada. Uma coalizão aberta, portanto, afirmaria identidades alternativamente instituídas e abandonadas, segundo as propostas em curso; tratar-se-á de uma assembleia que permita múltiplas convergências e divergências, sem obediências a um *telos* normativo definidor. (BUTLER, 2016, p. 42).

Para Caroline Oliveira (2008), “gênero” é entendido como diferenças nas construções sociais e nas relações de poder a partir do que é social, cultural e historicamente determinado. Essa percepção, por sua vez, está fundada em binarismos que opõem masculino/feminino, forte/fraco e dominante/dominado, sempre sendo entendida como uma categoria de análise instável, múltipla e performática (BUTLER, 2016).

Quando pensamos gênero, mulher e esporte, entender as lógicas das relações no tocante ao preconceito e à discriminação no futebol amador para mulheres torna-se indispensável diante dos debates atuais – debates esses que possibilitam diversos questionamentos, desde a capacidade da mulher jogadora de futebol até suas relações com a sexualidade.

Nesse sentido, a jogadora Marta Vieira da Silva⁶ foi um divisor de águas no futebol feminino. Contudo, ainda é muito comum ouvir: “brincadeira ou jogo de menino ou menina”, bem como presenciar diversas situações promovendo uma Educação Física que está longe de ser inclusiva. Conforme ressalta Suraya Darido (2002), a escola é um dos lugares em que há exclusão para que meninas não pratiquem futebol. Observa-se que, diante das situações de exclusão

6 Trataremos da biografia da jogadora de futebol Marta Vieira da Silva mais adiante no artigo.

de gênero, as alunas sentem-se incomodadas com o olhar de observação, por vezes de reprovação e até mesmo de rechaços por parte dos meninos.

Diante de tais situações excludentes, muitas meninas optam por não participarem das aulas de Educação Física, pois, à primeira vista, esse ambiente não é propício para elas, evidenciando assim essa fase escolar como um dos principais períodos de desigualdades de gênero no que diz respeito a oportunidades de vivências/experiências de meninas em esportes dentro e fora da escola.

Historicamente, segundo Gabriel Paz e Mariana Maia (2011), a Educação Física enquanto disciplina obrigatória na escola se construiu a partir do pressuposto sexista em que uma professora mulher ministrava aula para as alunas e um professor homem para os meninos. Esse modelo trazia um elevado custo financeiro, o que levou a uma mudança no cenário brasileiro, em que um/a professor/a fica responsável pela turma inteira. Entretanto, esse modelo de aula não se configura como mista, tampouco coeducativa, pois embora juntos/a na mesma aula/espço/tempo, as oportunidades de vivenciar a cultura de movimento são distintas – principalmente para as meninas, para homossexuais e para transexuais.

Como foi exposto por Claudia Vianna e Daniela Finco (2009), a educação das meninas e a dos meninos, mesmo que sejam irmãos, é diferente: seja na escola, nas brincadeiras ou ouvindo a mesma professora, há distinções.

A diferenciação com base no gênero aparece em evidência quando falamos especificamente dos brinquedos das crianças. Para as meninas existe uma vastíssima gama de objetos miniaturizados que imitam os utensílios caseiros de cozinha, quartinhos para bebês, ferros de passar, serviços de chá, eletrodomésticos, carrinhos, banheirinhas e bonecas com o respectivo enxoval. Para os meninos em geral os brinquedos divergem completamente: carrinhos, caminhões, motos, aviões, arminhas, bolas, skates. (FINCO, 2015, p. 50).

Assim, abordar sobre o tema “futebol e as mulheres”, torna-se imprescindível, uma vez que mesmo mediante a reflexão social/cultural em relação à quebra das desigualdades entre os gêneros e com debates sobre diferentes abordagens pedagógicas para o trato com o esporte, percebemos que segundo Mirian Adelman:

Na atualidade, o mundo esportivo tem, em parte, incorporado a luta das mulheres para se apropriarem de espaços existentes e/ou para criar novos. A literatura internacional sobre as mulheres e as relações de gênero no esporte assinalam tanto os

avanços quanto os pontos de conflitos, antigos e novos. Por exemplo, os esportes continuam sendo avaliados em termos de gênero, incluindo tanto os que se tornaram “unissex”, quanto os que são vistos como potencialmente “masculinizantes” para as mulheres. (ADELMAN, 2003, p. 448-449).

Logo, para a sociedade de um modo geral, pautar as questões de gênero dentro do futebol, com uma mudança de olhar quanto à participação de mulheres na modalidade a partir do fenômeno Marta, ainda é um tema muito atual, tendo em vista as conquistas alcançadas dentro do futebol feminino e as necessidades de equiparação desse esporte em relação ao futebol masculino.

Mediante o exposto surgiu o seguinte problema de pesquisa: Quais os preconceitos vividos por mulheres praticantes de futebol?

Diante disso, o objetivo deste trabalho foi o de identificar justamente os preconceitos vividos por mulheres praticantes de futebol, especificamente em Camapuã (MS) e Campo Grande (MS).

Gênero, sexualidade, mulher e futebol

O gênero aqui será interpretado como um constructo social abarcado por parâmetros políticos, produções discursivas que, nas palavras de Butler (2016, p. 69), “assumem o lugar do ‘real’ e consolidam e incrementam sua hegemonia por meio de uma autonaturalização apta e bem-sucedida”. Dito isso, compreender o gênero como uma categoria analítica está para além de órgãos sexuais. No que diz respeito a sua produção discursiva sobre o sexo, ele, o gênero, “[...] é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (BUTLER, 2016, p. 69).

Isso deixa em evidência que o gênero não se encerra no aparelho reprodutor, mas que se encontra num bojo de relações que marcam o corpo do indivíduo e o lança para além de uma questão meramente biológica. Nesse sentido, os fatores linguísticos e simbólicos participam de todo o processo de constituição do gênero e da sexualidade.

Dito isso, ao adentrarmos na sexualidade, é preciso entender o que venha a ser a heterossexualidade. Conforme Caetana Pereira (2015), tendo a heterossexualidade como a sexualidade compulsória, entende-se ser esta a sexualidade cujos deveres e fazeres – o espaço privado para as mulheres e o público para os homens – estão destinados por gênero, e que, quando fielmente

realizados, são legitimados como heterossexuais. Essas performances, tanto de gênero como de sexualidade, são reiteradas desde a infância por meio de contos de fada, televisão, cobranças familiares e sociais, fazendo que crianças aprendam assim a se constituírem como mulheres, com performances heterossexuais esperadas e corpos suficientemente femininos.

Nesse entendimento, o corpo configura um meio inerte pronto para ser imbuído de códigos e significados culturais e sociais. Butler (2016), quando relata sobre o corpo, diz que muitos discursos formam e também limitam suas experiências:

Nos limites desses termos, “o corpo” aparece como um meio passivo sobre o qual se inscrevem significados culturais, ou então como um instrumento pelo qual uma vontade de apropriação ou interpretação determina o significado cultural por si mesma. Em ambos os casos, o corpo é representado como um mero **instrumento** ou **meio** com o qual um conjunto de significados culturais é apenas externamente relacionado. Mas “o corpo” é em si mesmo uma construção, assim como é a miríade de “corpos” que constitui o domínio dos sujeitos com marcas de gênero. (BUTLER, 2016, p. 29-30).

De acordo com Júlio Simões (2009), quanto às experiências de sexualidade, a única prática sexual legítima é de um homem e uma mulher, sendo então uma prática heterossexual, e quando isso não ocorre ou sucede de maneira não esperada, principalmente quando a mulher não é submissa à família, tornar-se-á uma ameaça. Ainda segundo Simões (2009), existe a ideia de que a sexualidade é um impulso natural irresistível e determinante de sua identidade, buscando os sujeitos, assim, uma “coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo” (BUTLER, 2016, p. 43) para manter-se nessa forma naturalizada e inteligível de existência.

Dito isso, é importante salientar que o sexo é uma categoria extremamente normativa e reguladora dos corpos, e embora essas regulações permeiem todos os gêneros, nos corpos das mulheres elas são mais intensificadas, vigiadas e cobradas. Mesmo diante de todos os avanços sociais e das lutas do movimento feminista, as mulheres ainda sofrem discriminações pela sociedade por tudo aquilo que é veiculado pelas mais diversas fontes de informação. Entretanto, conforme Adriana Piscitelli (2002, p. 7), a subordinação da mulher é algo que vem sendo consideravelmente reduzido: “Entre as décadas de 1920 e 1930 as mulheres conseguiram, em vários lugares, romper com algumas das expressões mais agudas de sua desigualdade

em termos formais ou legais, particularmente no que se refere ao direito ao voto, à propriedade e ao acesso à educação”.

As subordinações e o cumprimento das normas por mulheres são percebidos em diversos campos e, portanto, no esporte não seria diferente. De acordo com Fabio Franzini (2005), o futebol era praticado somente pelo “sexo forte” (homem); de forma oposta, as mulheres eram vistas como frágeis e tendo como destino a maternidade.

Segundo Nilsângela Lima e Maria Sousa (2016), um fato marcante na história do futebol feminino no Brasil foi uma publicação em um jornal carioca, por volta dos anos de 1940, que deixou alguns leitores chocados, já que não era algo comum e ainda menos aceito pela sociedade. A repercussão do anúncio veiculado pela mídia da existência de vagas para mulheres comporem uma equipe de futebol feminino fez que algumas pessoas tomassem partido contrário à causa, sobretudo alguns jornalistas e desportistas brasileiros. Entretanto, conforme Silvana Goellner:

Transgressoras ou não, as mulheres há muito estão presentes no futebol brasileiro. Vão aos estádios, assistem campeonatos, acompanham o noticiário, treinam, fazem comentários, divulgam notícias, arbitram jogos, são técnicas, compõem equipes dirigentes... enfim, participam do universo futebolístico e isso não há como negar. (GOELLNER, 2005, p. 149).

Wanderley Marchi Júnior e Leila Salvini (2016), ao apresentarem a história do futebol feminino contada pela revista *Placar* entre os anos de 1980-2010, observaram que o time de futebol feminino ideal era aquele com várias modelos da época, com corpos entendidos como bonitos e exuberantes, sendo a única preocupação a de exibirem tais corpos performatizados para a torcida.

Júnior e Salvini (2016, p. 104) afirmam: “Com a bola nos pés, ela é uma negação completa. [...] ninguém ia quando ela erra um passe ou perde um gol. [...] As globetes se preocupam apenas em dar um autêntico show de beleza no gramado”⁷. Para Goellner (2005), a mulher que divide uma bola com outra menina, com suor excessivo, força bruta e com os nervos à flor da pele não é vista como normal, não se encaixa na normalidade da sociedade machista. Somente por jogar futebol, sua própria vida sexual vira motivo de desconfiança. Então, a presença da mulher no futebol será vigiada a todo tempo, tensionando sua sexualidade por sua participação no referido esporte.

7 As “globetes” eram modelos famosas da época que trabalhavam na emissora Rede Globo de Televisão.

De acordo com Simoni Guedes (1998), o futebol é um esporte de grande importância no Brasil e, por isso, está presente na cultura do país. Segundo Oliveira (2008), as brasileiras que jogam futebol não têm incentivo em relação à prática da modalidade, embora a conquista de espaço consequentemente minimize o preconceito.

Ainda que as mulheres brasileiras tenham praticado o futebol já nos primórdios do século XX, é evidente que essa participação foi significativamente menor que a dos homens, inclusive porque os decretos oficiais da interdição a determinadas modalidades impossibilitaram, por exemplo, que os clubes esportivos investissem em políticas de inclusão das mulheres nos esportes. Esse movimento terá seu início apenas no final da década de 1970, quando se estabelecem novas bases para a organização do esporte no país, fazendo que, em 1979, fosse revogada a deliberação do Conselho Nacional de Desportos que vedava a prática do futebol e do futebol de salão pelas mulheres. (GOELLNER, 2005, p. 147).

A sociedade tem o costume de achar que futebol é “esporte de homem”, tanto que somente em 2016 a Seleção Brasileira feminina de futebol de campo teve a primeira mulher como técnica, Emily Lima⁸, ex-futebolista brasileira, que foi contratada em 1º de novembro e permaneceu no cargo por apenas 10 meses. A ex-técnica afirmou que, por ser mulher, encontrou vários obstáculos e problemas com os próprios companheiros de trabalho dentro de campo. Depois da saída de Emily, algumas jogadoras saíram em defesa da técnica e anunciaram a aposentadoria em forma de protesto, entrando na luta por equiparação de gênero no futebol feminino profissional.

O mundo do futebol feminino vem de uma trajetória de luta, sendo uma de suas principais conquistas a primeira Copa do Mundo de Futebol Feminino, organizada pela Federação Internacional de Futebol (FIFA) e realizada em 1991, na China. Essa entidade, comumente comandada por homens, mesmo com eles no poder, não foi suficiente para impedir a primeira grande vitória das mulheres no futebol⁹. Outra conquista importante foi a obrigatoriedade de os clubes brasileiros criarem uma categoria de futebol feminino para disputas de competições nacionais – condição para

8 Em entrevista cedida para Débora Miranda em 2019, Emily Lima disse que foi demitida porque investiu na renovação do elenco de jogadoras da Seleção Brasileira de futebol, o que não trouxe resultados em curto prazo, sendo esse, portanto, um dos motivos de ter sido demitida. Além disso, argumentou que seu coordenador à época atuava contra o seu trabalho. Para maiores informações, ler: <https://bit.ly/3jWCdIl>. Acesso em: 22 abr. 2020.

9 “A primeira Copa do Mundo Feminina em 1991”. Disponível em: <https://bit.ly/3jQ6jo5>. Acesso em: 21 abr. 2020.

que os times de futebol masculino desses mesmos clubes, a partir de 2019, possam participar da Taça Libertadores da América¹⁰.

Em meio a preconceito, dificuldades de inserção e desvalorização das mulheres no futebol, surge nos campos do Nordeste Marta Vieira da Silva, nascida em Dois Riachos, no interior de Alagoas, no dia 19 de fevereiro de 1986. Marta começou a jogar futebol no juvenil do Centro Sportivo Alagoano (CSA) em 1999, sendo contratada no ano seguinte pelo Vasco da Gama. Em 2003, vestiu a camisa da Seleção Brasileira nos Jogos Pan-Americanos em Santo Domingo, onde a Seleção ganhou a medalha de ouro. Em 2004, assinou contrato com o Umeå IK, time da Suécia.

Depois de seu reconhecimento mundial no futebol, Marta foi eleita como a melhor jogadora do mundo seis vezes pela FIFA, sendo cinco vezes consecutivas (2006 a 2010). Além disso, também conquistou diversas premiações, dentre as quais o troféu Bola de Ouro, em 2004; a Bola de Ouro e a Chuteira de Ouro, em 2007; a já mencionada medalha de ouro nos jogos Pan-Americanos de 2007; e o primeiro lugar da Copa América de futebol disputada no Chile de 2018, além de ter sido eleita a maior artilheira da história da Copa do Mundo de futebol feminino em 2015, com 15 gols¹¹.

A jogadora Marta passou por várias equipes no Brasil e em clubes de outros países, como o Orlando Pride, dos Estados Unidos. A partir de seu exemplo veio o deslanchar das mulheres nos gramados do Brasil. Ainda assim, mesmo sendo conhecida como “o fenômeno Marta”¹² e seja uma personalidade fundamental para o futebol feminino, ainda não rompeu a visão machista sobre esse esporte, ainda que sua figura tenha afetado e trazido um olhar menos tímido, motivando muitas meninas e mulheres a enfrentarem esse espaço considerado do/para o homem. Segundo Ananda Santos (2016), ainda há uma comparação no futebol entre homens e mulheres, sendo que estas frequentemente são inferiorizadas, mesmo as jogadoras de referência internacional como Marta, Formiga (Miraildes Maciel Mota) e Cristiane Rozeira de Souza Silva.

10 “Clube sem futebol feminino ficará fora da Libertadores a partir de 2019”. Disponível em: <https://glo.bo/3hLljAu>. Acesso em: 21 abr. 2020.

11 Ver: <https://bit.ly/3k6sc2C>. Acesso em: 21 abr. 2020.

12 Segundo Júlia Kaspary (2018) o “fenômeno Marta” é explicado por uma série de elementos, entre eles o fato de ela receber anualmente (2018) 400 mil euros; até 2018, ter feito 103 gols pela camisa da Seleção Brasileira; nesse mesmo ano, ter sido escolhida embaixadora da Organização das Nações Unidas (ONU) e eleita pela 6ª vez a melhor jogadora do mundo.

Aspectos metodológicos

Este artigo trata-se de uma investigação, assumindo, portanto, cunho qualitativo, diante dos preceitos expostos por Hartmut Günther (2006). Assim sendo, para a concretização da pesquisa, realizou-se o levantamento dos dados a partir da aplicação de um questionário, incluindo-se tanto perguntas objetivas quanto subjetivas.

Dessa forma, as participantes têm grande relevância para o estudo, pois, em uma análise qualitativa, o texto é uma forma do sujeito se expressar, cabendo ao pesquisador/a evidenciar os dados que se repetem, geralmente palavras e/ou frases. Dito isso, de acordo com Rita Caregnato e Regina Mutti (2006), o objetivo da análise de conteúdo é trabalhar com a corporação de textos.

O público alvo foi constituído de ex-atletas e mulheres praticantes de futebol de equipes dos municípios de Camapuã e Campo Grande (MS). As informações foram obtidas por meio de questionário estruturado com 19 perguntas fechadas, mistas e abertas, o qual foi entregue pessoalmente, no caso das atletas de Camapuã, nos horários de treino, e enviado por aplicativo WhatsApp e por e-mail para as demais. Nesse levantamento, foram entregues 50 questionários no período de fevereiro a março de 2018, obtendo-se devolutiva de 47 dessas jogadoras.

As questões tinham como foco opinião sobre preconceito, futebol, homossexualidade, discriminação e o relacionamento com as outras companheiras de futebol. Foi perguntado, ainda: idade, profissão, incentivo da família e ídolos no futebol. O questionário utilizado foi uma adaptação daquele empregado no trabalho de conclusão de curso de Oliveira (2008). Os nomes de todas as participantes foram resguardados.

Os 47 questionários obtidos foram identificados com a sigla “J” e uma numeração, como forma das jogadoras não serem identificadas. A partir disso, iniciamos a análise dos conteúdos e a elaboração de quadros e relatos das jogadoras em relação à temática da pesquisa. Alguns relatos não foram utilizados na discussão da pesquisa, pois selecionamos as respostas que foram mais relevantes para esta investigação. Vale ressaltar que as respostas das jogadoras foram redigidas sem correções de suas falas quanto à linguagem formal.

Foi realizada uma seleção das informações das jogadoras, a qual necessitou uma esmiuçadora leitura das respostas para chegar ao seu núcleo. Procuramos selecionar passo a passo as informações que traziam relevância para a análise. Depois da identificação dos núcleos, estes foram agrupados e inseridos em

quadros, sempre do núcleo mais presente para o menos presente nas respostas das participantes. Para fundamentar os dados, torna-se necessário embasá-los em autores/as, articulando-os com o contexto investigado – e aqui, em especial, confrontou-se os resultados com aqueles do trabalho de Oliveira (2008).

Análise dos dados

Todas as jogadoras são maiores de idade, com média de 29,8 anos, sendo a idade mínima de 18 anos e a máxima de 46 anos. Foi perguntado sobre as profissões das jogadoras, dentre as quais havia estudantes, professoras, autônomas, dona de casa, advogadas, domésticas e outras, conforme o Quadro 1.

Quadro 1: Profissões das jogadoras

Profissões	Quantidade
Estudantes	06
Professoras	04
Auxiliar de serviços gerais	04
Dona de casa	04
Balconista	02
Advogada	02
Caixa	02
Não relatou	02
Funcionária pública	01
Assistente administrativa	01
Diretora administrativa	01
Telefonista	01
Autônoma	01
Consultora técnica	01
Técnica de enfermagem	01
Tecnóloga em bioenergia	01
Açougueira	01
Refiladora de carnes	01
Artesã	01
Construtora civil	01
Porteira	01
Técnica de hortifruteiras	01
Doméstica	01
Promotora de vendas	01
Paisagista	01
Agente patrimonial	01
Manicure	01
Vendedora	01
Segurança	01

Fonte: Elaboração própria.

A mulher, ao entrar no campo de trabalho, avançou em suas conquistas, e com isso trouxe a cobrança por parte dos homens. Ela diariamente tem que provar que sabe trabalhar e que é capaz de trazer novas ideias e apresentar ótimos resultados. Assim, é preciso superar esse pensamento machista a partir de iniciativas como a de, por exemplo, ter mulheres nos papéis de chefia nos locais de trabalho.

Como se pode observar, ainda que várias profissões tenham sido citadas no Quadro 1, por mais que as mulheres tenham conquistado seus espaços no mundo do trabalho, ainda prevalecem as profissões consideradas femininas, tais como professora, dona de casa, caixa, telefonista, enfermeira, manicure, doméstica e artesã.

Sobre a análise da feminização das mulheres no trabalho, Silvia Yannoulas (2013, p. 51) afirma:

As carreiras femininas não são lineares, registrando longos períodos de estagnação, e também mudanças devido à influência de algum homem excepcional que confiou nelas, mas elas interpretam essa confiança não em função dos méritos próprios, mas da gentileza desses homens excepcionais. Por isso, elas precisam estar provando tudo o tempo todo.

É necessário ressaltar que, em certa medida, as mulheres adentraram o mundo do trabalho hegemônico dos homens, atuando em diversas áreas e ultrapassando preconceito e barreiras, como encontrado em nossos dados, nos quais há exemplos de ocupações como açougueira, advogada, construtora civil e segurança. Entretanto, mesmo sendo essas mulheres jogadoras de futebol, nenhuma segue essa atividade como profissão – algo muito presente no universo dos homens, que desde a infância sonham em serem jogadores profissionais. Acreditamos que o caminho para que uma menina que deseja ser jogadora profissional de futebol seja bem mais difícil do que o de um menino, ainda que várias mulheres têm conquistado esse espaço de trabalho no esporte profissional de alto rendimento.

Sobre o nível de escolaridade, observou-se que todas as jogadoras concluíram o Ensino Fundamental; algumas terminaram o Ensino Médio; outras, não. Das 47 jogadoras, 12 têm graduação, ou seja, Ensino Superior completo.

Quadro 2: Nível de escolaridade e cursos de graduação

Nível de escolaridade		Quantidade	
Ensino Médio completo		17	
Superior completo		12	
Ensino Médio incompleto		10	
Superior incompleto		08	
Superior completo		Superior incompleto	
Áreas	Quantidade	Áreas	Quantidade
Direito	03	Educação Física	04
Pedagogia	02	Fisioterapia	01
Educação Física	02	Engenharia Civil	01
Bioenergia	01	Técnico em Enfermagem	01
Gestão Hospitalar	01	Administração	01
Serviço Social	01		
Letras	01		
Administração de Empresas	01		

Fonte: Elaboração própria.

Como vimos no Quadro 1, as mulheres vêm ascendendo no mercado de trabalho de forma considerável, por meio de muitas lutas e resistência. Muitas recorrem aos cursos de graduação para conseguirem conquistar seus espaços, o que não difere da trajetória de luta das mulheres pela conquista de direitos há décadas. Conforme Maria Heilborn e Bila Sorj,

o feminismo contou desde a sua origem com expressivo grupo de acadêmicas, a tal ponto que algumas versões de sua história consideram que o feminismo apareceu primeiro na academia e, só mais tarde, teria se disseminado entre mulheres com outras inserções sociais. As acadêmicas, por sua maior exposição a ideias que circulam internacionalmente, estavam numa posição privilegiada para receber, elaborar e disseminar as novas questões que o feminismo colocara já no final da década de sessenta nos países capitalistas avançados. Assim, quando o movimento de mulheres no Brasil adquire visibilidade, a partir de 1975, muitas das suas ativistas ou simpatizantes já estavam inseridas e trabalhavam nas universidades. (HEILBORN e SORJ, 1999, p. 186).

Sabendo da importância do Ensino Superior para as mulheres, acrescentamos uma pergunta acerca do tema. Várias responderam ter uma formação acadêmica. Das 12 graduadas, três têm formação em Direito, e metade das que estão cursando uma faculdade relata ser a de Licenciatura em Educação Física.

Sobre a pergunta dos ídolos das jogadoras, algumas participantes citaram mais de um ídolo, o que justifica um maior número se comparado à quantidade de respondentes.

Quadro 3: Ídolo das jogadoras

Ídolo	Quantidade
Marta	19
Falcão	12
Cristiano Ronaldo	03
Neymar	03
Pelé	02
Ronaldo Nazário	02
Messi	02
Formiga	02
Bebeto	02
Bárbara	01
Kaká	01
Lucas PSG	01
Rivaldo	01
Fred	01
David Luiz	01
Gabriel Jesus	01
Marcelinho Carioca	01
Ronaldinho Gaúcho	01
Guerreiro	01
Diego Ribas	01
Não relatou	01

Fonte: Elaboração própria.

Dentre os/as ídolos/as, o nome mais citado foi o da jogadora Marta. Assim, com tais dados, pode-se considerar que hoje o futebol, no contexto investigado, tem mulheres como referência dentro e fora de campo, tanto por suas habilidades com a bola como pelo incentivo de outras mulheres para que pratiquem o futebol feminino. Como podemos visualizar no Quadro 3, dos 20 ídolos citados/as, três são mulheres: Marta; Formiga e Bárbara. Apesar do alto número de homens referendados, a mais citada é uma mulher (Marta).

É importante destacar que há mais de uma década, em seu trabalho de conclusão de curso, Oliveira (2008) fez essa mesma comparação e concluiu que os/as ídolos/as, nomeadamente mulheres, foram citadas por suas informantes apenas sete vezes, enquanto os homens foram citados 34 vezes. Como comparação, em nossa investigação as mulheres foram citadas 22 vezes.

Contudo, em conformidade com Osmar Souza Júnior e Heloisa Reis (2010, p. 8):

Entendemos que apesar dos significativos avanços, ainda não se pode assumir que o futebol se consolidou em um espaço para que as mulheres possam protagonizar conquistas do ponto de vista do exercício de uma profissão de forma legítima e com a devida dignidade.

Para Oliveira (2008), uma das possibilidades para o aumento da visibilidade da mulher no futebol seria a mídia dar maior atenção para o futebol feminino, o que fazia que tanto órgãos públicos como a sociedade como um todo valorizassem as mulheres da mesma forma que o fazem com relação a futebolistas homens.

Também foi questionado como é a participação da família e amigos/as das respondentes em relação à prática do futebol.

Quadro 4: Participação da família e amigos/as

Participação	Quantidade
Dão total incentivo	30
São contra mas permitem	11
Indiferente	03
Não respondeu	02
São contra e não permitem (faço sem consentimento)	01

Fonte: Elaboração própria.

Considerando o incentivo e a participação da família e amigos/as, 30 das 47 jogadoras responderam ter total incentivo – o que pode ser um dos motivos pelos quais a maioria joga futebol há mais de cinco anos. Em algumas falas, observamos o incentivo; em outras, não, estando o preconceito presente na família: “*Minha mãe não gosta, meu pai me incentiva*” (J25); “*Hoje permitem, mas enquanto puderam me vetaram*” (J26); “*Meus irmãos, meu pai e esposo não gostam muito, mas não me impede, somente quando os jogos são em outras cidades, para que eu não misture com meninas que são parecidas meninas*” (J10).

Os dados demonstram que ainda há pessoas que são contra o fato das mulheres praticarem futebol. Muitas mulheres são, inclusive, interdidadas antes mesmo de pensarem em entrar para um time/clube de futebol, tamanho o preconceito que vivem cotidianamente e que se constrói

entre outros elementos a partir do machismo, da lesbofobia e da misoginia. De acordo com Oliveira (2008), se dentro de casa existe preconceito por parte da família, fica mais difícil uma menina/mulher permanecer em algum esporte – principalmente o futebol, que é visto com preconceito pela sociedade, como percebemos nas falas citadas.

Foi perguntado sobre as práticas corporais correspondentes “para homens”, “para mulheres” ou “para ambos” – a maioria das jogadoras entende as modalidades citadas a seguir como sendo “próprias para ambos”, o que ponderamos ser muito relevante para os estudos de gênero e de sexualidade com interfaces com a Educação Física. No entanto, há quem considere que alguns esportes são próprios “para homens ou para mulheres”, como podemos perceber no Quadro 5.

Quadro 5: Prevalência das práticas corporais

Modalidades	Para ambos	Para mulheres	Para homens
Futebol	45	01	01
Voleibol	43	04	-
Basquetebol	41	05	01
Dança	41	06	-
Lutas	41	02	04
Caminhada	45	01	01
Musculação	41	02	04
Ginástica <i>fitness</i>	41	06	-
Ginástica artística	40	06	01
Ginástica rítmica	38	07	02
Natação	43	01	03
Hidroginástica	39	07	01

Fonte: Elaboração própria.

Sobre a prática da dança e a luta, seis jogadoras disseram que a dança é só “para mulheres”, e quatro jogadoras disseram que luta é só “para homens”. Assim, pode-se dizer que, por vezes, observamos o machismo embutido no pensamento das próprias mulheres – o que não é nada estranho, uma vez que somos frutos do espaço-tempo que ocupamos.

Ao investigar essa mesma temática, Oliveira (2008) concluiu que as jogadoras veem as mencionadas modalidades como sendo “para ambos” pelo fato de praticarem o futebol, que nem sempre é visto como adequado para mulheres, “e por isso têm o entendimento de que as práticas corporais são acessíveis a homens e mulheres, independente das características físicas, sociais e culturais atribuídas a cada atividade” (OLIVEIRA, 2008, p. 32).

Em sua pesquisa, Claudio Nunes (2004) observou três academias de lutas e verificou que as mulheres não estavam envolvidas diretamente nos treinos e nas competições, uma vez que “as práticas de MMA são desenvolvidas preferencialmente entre jovens e adultos brancos do sexo masculino” (NUNES, 2004, p. 108).

De modo semelhante, Marília Assis e Maria do Carmo Saraiva (2013) ressaltam que, em seus primórdios, a dança proporcionou experiências diferentes para os homens e para as mulheres, com disputas entre esses. O homem que dançava balé era afeminado, e as mulheres eram associadas como um instrumento de prazer. Com a chegada do balé contemporâneo, as formas e os estilos dançantes foram mais importantes do que as diferenças entre os gêneros.

Questionadas se ainda existe preconceito por parte da sociedade quanto a mulheres que jogam futebol, 41 responderam que sim, ainda há preconceito; e seis responderam não mais haver. Também foi perguntado se já foram discriminadas pelo fato de jogarem futebol: 30 responderam que sim.

Quadro 6: Futebol e discriminação

Núcleos	Quantidade
Identidade sexual	13
Identidade de gênero	10
Feminilidade	06
Estereótipo	05
Assédio	01
Piadas	01
Machismo	01
Misoginia	01

Fonte: Elaboração própria.

Na fala de algumas jogadoras é possível notar a discriminação pelas quais passaram: “Quando eu entrava em campo, por ter cabelo curto, gritavam: mas não é futebol feminino? O que esse macho está fazendo aí no meio? Ainda diziam, não anda com ela, porque ela joga bola” (J46); “Sai dessa quadra sua mulher macho. Minha mãe dizia que jogando futebol eu iria acabar como essas mulheres sapatonas” (J13); “[...] um homem me abordou dizendo que iria me ensinar como fazia pra pegar a bola, pois sou goleira de futsal e futebol de campo, fez alguns gestos obscenos, mas respondi a altura, falei que eu iria ensinar como fazia ovos fritos bem amassados” (J4).

Diante de tais dados, observou-se que a identidade sexual das mulheres que jogam futebol é fator de discriminação, pois tem se tornado motivo de insultos e comparações, uma vez que, de acordo com Gabriele Anjos (2000), embora a identidade sexual seja uma condição própria de cada indivíduo, é constantemente moralizada pela sociedade.

Assim, sendo vigiadas a todo tempo, essas jogadoras sofrem diversos tipos de rechaços. Oliveira (2008) verificou que tais atos discriminatórios direcionados às jogadoras de futebol retratam a agressão por meio de estereótipos e ofensas verbais por parte dos homens – e também de mulheres de outras modalidades esportivas.

É necessário ressaltar que a identidade sexual presente nos discursos das jogadoras se relaciona ao fato de jogarem futebol, por estarem de uniforme e chuteira, por não cumprirem com o padrão de feminilidade esperado, e isso faz que sejam rotuladas como mulheres homossexuais.

Ao investigar essa mesma questão, Oliveira (2008) notou que a orientação sexual das jogadoras de futebol é constantemente indagada, sendo que a sociedade conceitua de maneira equivocada e generaliza ao dizer que “todas as mulheres que jogam futebol são lésbicas”. Todavia, as lésbicas que jogam futebol podem viver e experienciar mais livremente sua identidade sexual ao conviver mais proximamente com outras mulheres também lésbicas, ou seja, fazem desse espaço esportivo um território homosocial.

Em outra questão, foi perguntado a elas se conheciam alguma menina ou mulher homossexual que jogasse futebol: das 47 participantes, 42 disseram conhecer meninas/mulheres homossexuais praticantes dessa modalidade. Esse dado reforça nossa análise de uma homosociabilidade no futebol feminino.

Dessa forma, pensando nas interlocutoras deste estudo, o futebol pode ser um espaço de expressão e legitimidade da sexualidade lésbica. Nele, as mulheres homossexuais podem se sentir mais à vontade e acolhidas em sua expressão sexual, visto que socialmente esse já é considerado um espaço de mulheres lésbicas. Nele, elas podem, inclusive, encontrar outras mulheres lésbicas e dividir os limites e potencialidades de suas expressões sexuais. Em relação a serem rotuladas como homossexuais por jogarem futebol, 24 responderam que sim, já passaram por tal situação, enquanto 13 disseram que nunca tinham passado e sete não se lembravam.

Quadro 7: Futebol e identidade homossexual

Núcleos	Quantidade
Identidade sexual	16
Feminilidade	05
Identidade de gênero	03
Piadas	03
Assédio	01
Estereótipo	01
Discriminação	01

Fonte: Elaboração própria.

Diante desses resultados, destacamos os seguintes relatos: *“Onde eu jogava bola, os homens riam da minha cara e dizia, se pedir pra ficar com ela não vai aceitar porque é sapatão. Na minha família, minhas tias riam da minha cara e faziam piadinhas”* (J11); *“Quando eu tinha acabado de sair do treino e estava com o uniforme e chuteira, um senhor que estava sentado no ponto de ônibus levantou quando eu sentei, e ficou em pé”* (J32).

Goellner (2005, p. 148), quando analisa relatos similares aos das jogadoras deste estudo, afirma que:

Diante de afirmações como estas não é de estranhar as razões pelas quais o futebol passou a ser visto (e, muitas vezes, ainda é) como prejudicial ao desenvolvimento do corpo e do comportamento feminino. Para além dos imaginados danos físicos que esse esporte poderia causar, o receio de que pudesse masculinizar as praticantes direciona-se, não apenas para as modificações de seu caráter, mas, sobretudo, para a sua aparência. Afinal, julgava-se/julga-se o quão feminina é uma mulher pela exterioridade do seu corpo.

Ao investigar a relação entre preconceito em um grupo de mulheres que jogam *rugby*, Giovanna Moura et al. (2017) constataram que os comentários direcionados às jogadoras eram de que *“este é um esporte para homens”* e que *“as mulheres devem praticar modalidades que realcem sua beleza e feminilidade”*, para que seu corpo não fique *“masculinizado”*.

Esses dados mostram que a mulher é incentivada a praticar somente esportes que destaquem o padrão de beleza esperado pela sociedade, pois se a jogadora tem cabelo curto e/ou corpo forte, já é motivo para ser discriminada. Marco Ferretti et al. (2011, p. 119) afirmam que

os estudos parecem estar longe dos campos, pois as jogadoras além de ter que provar sua heterossexualidade através da aparência, pareando as expectativas sociais de feminilidade com o seu corpo de mulher, elas também devem ser belas corporalmente para que possam atrair a atenção dos homens heterossexuais para suas apresentações na TV, o que desperta o interesse da mídia por essas transmissões, que oportunizam e valorizam mais as formas femininas das atletas do que seu esforço, habilidade e competência para a determinada prática esportiva.

Nesse sentido, ainda é significativo o nível de preconceito por parte da sociedade brasileira – justamente em um país onde se diz que o futebol é um esporte nacional. Da mesma forma, quando essa discriminação vem da própria família, ela se torna ainda mais preocupante.

Ao perguntarmos se o futebol de alguma maneira influenciou na orientação sexual das jogadoras, todas as participantes responderam que não. Logo em seguida, foi questionado se elas acham que o futebol de alguma maneira pode influenciar na orientação sexual de uma mulher: 45 disseram que não; duas disseram sim.

Quadro 8: Futebol e a influência na identidade sexual

Núcleos	Quantidade
Determinismo biológico	14
Determinismo social	03
Relacionamento afetivo	01
Pré-conceito	01

Fonte: Elaboração própria.

Para uma das jogadoras deste estudo, “*Esporte não tem a ver com prática ou escolha sexual, eu não virei, kkk!!!*” (J14). Outra jogadora entende que “*estamos ali pelo que amamos e não para termos algum tipo de relacionamento amoroso*” (J24).

Com base em nossos dados, as jogadoras entendem que jogar com uma colega que seja lésbica não significa que a pessoa irá se tornar homossexual, uma vez que o indivíduo não tem poder de escolha. No entanto, essa ideia essencialista ainda é muito presente na sociedade, pois, como afirma Guacira Louro (2007, p. 208),

as feministas da segunda fase, embora tenham procurado se afastar do determinismo biológico (a corrente que supõe que nossas vidas são determinadas pelas características de nossos corpos) e tenham se aproximado, em diferentes graus, da ideia de uma construção social dos sujeitos, mantiveram a perspectiva de que a construção social se faz sobre ou a partir de um corpo.

Mesmo sendo a orientação sexual algo pessoal, as mulheres que jogam futebol são constantemente indagadas sobre sua sexualidade, sendo alocadas em limites de dúvidas de suas identidades sexuais pelas performances masculinas ou não. O que basta é ser jogadora de futebol e logo uma identidade homossexual é colada na praticante.

Gilmara Bento et al. (2010, p. 5) relataram sobre uma equipe feminina de futebol do Rio de Janeiro que contratou uma mulher como treinadora. De acordo com seus discursos, “ao começar a treinar a equipe de futebol feminino do clube, causou espanto e curiosidade nas pessoas, pelo fato de ser professora de futebol e mulher”. Conforme os/as autores/as, as famílias das jogadoras sempre buscavam indagá-las se eram mães ou tinham alguma relação afetiva heterossexual.

Oliveira (2008), ao analisar a opinião das jogadoras, identificou que para algumas o futebol pode até não influenciar na orientação sexual de uma mulher, “mas não deixa de ser um ambiente desinibidor por atribuir às mulheres características consideradas masculinas e ser um espaço em que as condutas homossexuais ficam evidentes” (p. 41).

De acordo com Louro (2000, p. 65),

não haveria qualquer predisposição intrínseca, biológica ou psicológica, na base de uma identidade heterossexual, homossexual ou bissexual. A “direção do interesse erótico” seria construída a partir das muitas possibilidades de vivência da sexualidade, na dependência das histórias pessoais e subjetivas, dos significados culturalmente atribuídos a essas possibilidades [...], o alvo do desejo sexual é socialmente produzido.

Questionadas se as mulheres homossexuais são as que mais se envolvem no futebol, 34 relataram que não e 13 disseram que sim.

Dentre as que responderam que sim, uma das jogadoras, em sua fala, deixa evidente sua opinião e o motivo pelo qual considera que as mulheres homossexuais são as que mais se envolvem com futebol: “*são bem masculinas, se caracterizam como homens e devido ao pensamento de que futebol é para homens a grande procura vem por parte de mulheres homossexuais*” (J16).

Considerando essa fala ser de uma mulher que joga futebol, esse pensamento preconceituoso ganha uma potência ainda maior, posto que a sociedade constantemente realiza uma interpretação errônea dos anseios das mulheres – e que, aqui, no contexto desta pesquisa, essas também o fazem. Dentre aquelas que responderam que mulheres homossexuais não são as que

mais se envolvem no futebol, destacam-se as falas das jogadoras J17 e J18, em que deixam claro ser o futebol um esporte para todos/as: “O futebol não tem sexo, não define quem ou o que você é! Todos jogam como em qualquer outro esporte” (J17); “Eles dizem que futebol é para macho do saco preto, tem meninas que jogam melhor que homens, e não são homossexuais” (J18).

Quadro 9: Futebol e heterossexualidade

Núcleos	Quantidade
Heterossexualidade	11
Igualdade	04
Democratização do futebol	03
Amor	02
Liberdade	02
Identidade de gênero	02
Identidade sexual	01
Estereótipo	01
Preconceito	01
Masculinidade	01
Relacionamento afetivo	01
Abertura social	01
Contradição	01

Fonte: Elaboração própria.

Novamente nos vemos diante do exposto anteriormente: a confusão entre orientação sexual e nossas predileções acerca daquilo que gostamos de praticar corporalmente – aqui, em especial, o esporte futebol. Embora ainda haja quem afirme que as lésbicas praticam futebol por este ser um esporte masculino, este estudo mostra que são as heterossexuais que mais se envolvem com a modalidade, pois o consideram um esporte para todos/as, assim como qualquer outro.

Conforme ressalta Oliveira (2008, p. 42), “ser homossexual é uma consequência não da prática do esporte, mas da própria condição da mulher que se assume homossexual e coincidentemente gosta de futsal, portanto, não se pode generalizar”.

Ferretti et al. (2011) verificaram as reportagens do caderno “Pequim 2008” do jornal *Folha de S. Paulo* e concluíram que além de se valorizar mais a beleza do que a competência, o esforço e a habilidade das jogadoras de futebol, estas ainda têm que provar sua heterossexualidade por meio da aparência, unindo as expectativas sociais de feminilidade com seu corpo de mulher.

No questionário enviado às jogadoras também foi perguntado se elas se sentiam bem jogando futebol com mulheres homossexuais, ao que todas responderam que sim, como podemos observar no Quadro 10.

Quadro 10: Bem-estar, futebol e homossexualidade

Núcleos	Quantidade
Respeito	09
Igualdade	04
Identidade sexual	03
Amor	03
Masculinidade	02
Desempenho	02
Relacionamento afetivo	01
Caráter	01
Preconceito	01
Indiferente	01
Discriminação	01
Liberdade de escolha	01

Fonte: Elaboração própria.

Destacamos as seguintes falas: *“Vou lá jogar futebol e não saber da vida delas. Se elas querem beijar na boca de outra mulher, o problema é todo delas”* (J20); *“Por que não me sentiria? Não é porque as decisões das pessoas são diferentes das minhas que isso vai influenciar no meu convívio com elas”* (J22).

Observa-se por meio dos discursos das jogadoras que não importa com quem você se relaciona – o que se preza é o respeito que uma tem pela outra dentro de campo na hora do jogo. Embora as mulheres que jogam futebol sejam questionadas – e até mesmo discriminadas no campo da sexualidade –, o respeito é considerado fundamental para seu crescimento não só no esporte como também na vida pessoal. Oliveira (2008, p. 47) afirma: *“Mais do que analisar as posturas das jogadoras no futsal/futebol brasileiro, importa perceber que, apesar da crescente presença feminina na vida esportiva do país, a situação atual das mulheres nestas modalidades deve ser avaliada com prudência e respeito”*.

Oliveira (2008) ainda observou que, na hora do jogo, todas as atletas são iguais, e que quando o respeito parte de ambas as partes, o que predomina é a relação de amizade, independente da orientação sexual. Para Marinês Souza (2011), o esporte tem papel importante na formação dos indivíduos, pois promove a socialização e o respeito.

Na contramão desse discurso e considerando que a sociedade é constituída pelas diferenças, o respeito então acontece como uma forma de suportar o outro. Nesse sentido, Alexandre Rossi (2008) ressalta que a busca pelo respeito se dá a partir da ideia de que a sociedade é hegemônica, e que existe um padrão para que uma pessoa seja considerada normal. Dessa forma, a igualdade também seria um meio de negar as diferenças, ou seja, quem respeita está na norma, e o ato de respeitar quem está fora da norma justamente a fortalece.

Quando questionadas se percebem jogadoras homossexuais nos locais onde praticam futebol, 42 responderam que sim; e cinco responderam que não percebem. As respondentes que afirmaram perceber a presença de homossexuais, na questão que seguia deveriam dizer se isso interferia em sua relação com elas. As 42 responderam que não interferia.

Quadro 11: Homossexualidade no local de prática

Núcleos	Quantidade
Igualdade	13
Identidade sexual	09
Respeito	03
Relacionamento afetivo	02
Liberdade	02
Determinismo biológico	02
Amor	01
Aceitação	01
Machismo	01
Poder	01

Fonte: Elaboração própria.

Pensando a relação entre homossexualidade e local de prática do futebol, temos as seguintes falas: *“Isso nunca influenciou, nem vai influenciar no meu convívio em relação com as meninas”* (J22); *“São pessoas normais, apenas tem uma escolha sexual diferente da minha”* (J46).

Há infinitas formas de ser um indivíduo. Mas existe, por outro lado, um olhar de preconceito, separatista e elitista em que há um padrão único a ser aceito. Posto isso, observa-se que a expressão “pessoas normais” passou a ser usada com frequência, pois ainda há essa cultura de padronização do que é “aceitável”.

Considerando a igualdade como foi mencionada, praticar futebol com homossexuais não interfere na relação das jogadoras, pois o que as difere das demais é apenas sua escolha sexual. Conforme Marcelo Rosa, Andrey Borges

e Fátima Ferreira (2019, p. 71): “Somos formados/as, constituídos por uma sociedade que é sexista, contudo, cada sujeito em sua individualidade vai se subjetivando e vivendo sua sexualidade. Desta forma, o esporte, a educação e a família, por exemplo, atuam em nossa sexualidade, mas não determinam”.

Ao investigar essa mesma temática, Oliveira (2008) observou que o respeito se manifesta em razão da convivência e/ou pelo fato de serem mulheres, ainda que haja, sim, o preconceito interno – de forma direta e indireta – entre essas jogadoras.

De acordo com Goellner (2005), mesmo que as mulheres estejam participando de eventos esportivos como futebol, expondo seus corpos, a sociedade não aceita que saiam da normalidade social – e essa não aceitação ocorre inclusive dentro da própria família, ao que nós acrescentaríamos ocorrer entre as próprias mulheres.

Faz-se importante destacar que as jogadoras que participaram deste estudo consideram que discutir temáticas como essa aqui trabalhada pode contribuir para que, futuramente, a sociedade pratique a alteridade e, conseqüentemente, o futebol feminino passe a ter incentivo, apoio e maior divulgação.

Considerações finais

Por meio desta pesquisa foi possível observar que o futebol feminino ainda sofre preconceito, pois as mulheres que praticam essa modalidade ainda são discriminadas e têm sua sexualidade questionada perante a sociedade. Porém, por ser o futebol feminino associado à lesbianidade, esse espaço esportivo pode se tornar um território homosocial, no qual viver e expressar a sexualidade sejam atos compartilhados entre mulheres que sentem e vivem seus desejos de forma mais livre e coletiva.

No contexto estudado, o preconceito ocorre no futebol feminino principalmente pela presença da homossexualidade, pois, como ressalta Rosa (2004), os/as homossexuais ainda são considerados/as próprios/as de uma sexualidade impulsiva, ou seja, existe uma aproximação, mas com receio por parte dos/as colegas de que eles/as avancem os limites da amizade.

É importante destacar que embora haja preconceito, a sexualidade não interfere na relação das jogadoras dentro de campo e/ou quadra, pois observou-se que as respostas consideram que, lésbicas ou não, o que prevalece é o respeito entre ambas, além do objetivo fim, que é jogar futebol sem

envolvimento sexual. Lembramos que o discurso do respeito é criticado por autores/as que consideram seu uso uma forma de manter os sujeitos que estão fora da norma mais disciplinados, sendo a inclusão, sob essa ótica, uma ferramenta de controle.

Também se pode observar que as desigualdades atribuídas a homens e a mulheres em relação ao futebol acabam por contribuir com a discriminação e o preconceito. Ao discutir aspectos da perspectiva crítica particularmente relevantes ao debate sobre gênero, Tiago Bartholo, Hugo Lovisoló e Antônio Soares (2006) observaram que, no Brasil, os valores não são levados a sério quando se trata da relação da mulher com o futebol, mas que quando os homens manifestam suas divergentes opiniões relacionadas a tal participação, cria-se uma discussão positiva, mas que ainda é insuficiente para gerar novas conquistas para as mulheres.

Considerando que os atos de discriminação e os preconceitos partem não só da sociedade como também dos familiares – e até mesmo das próprias jogadoras –, esta investigação poderá gerar discussões e contribuir para que a área de Educação Física potencialize o surgimento de novas ideias e práticas. Vale ressaltar que, como meio de melhor compreender o motivo de tamanho preconceito para com as jogadoras de futebol, sugerimos que se investigue o motivo da generalização da mulher que joga futebol como sendo homossexual.

Apesar da nossa pesquisa ter como foco o preconceito, também foi possível observar dados potencializadores no contexto investigado, como, por exemplo, as mulheres citarem como ídolo no futebol outra mulher e o fato de algumas dessas mulheres trabalharem em áreas consideradas “masculinas”, como construção civil e segurança. Como outros resultados, observou-se que a maioria das investigadas recebe apoio da família na prática do futebol e considera as práticas corporais possíveis para homens e mulheres, de uma forma não sexista.

Entendendo que as pesquisas acabam por gerar discussões, aprofundar o tema aqui analisado com mais estudos pode ser um meio de instigar a sociedade e o governo a tratar com mais seriedade as questões relacionadas às mulheres – aqui, em especial, às mulheres esportistas, o que poderia promover seu bem-estar e fazer que se sentissem mais valorizadas e seguras para fazerem suas escolhas.

No que diz respeito ao campo da Educação Física, como ressalta Darido (2002, p. 48), “o reconhecimento e a reflexão sobre diferenças

entre os alunos permitem ao professor utilizar o esporte e outras práticas corporais como meios eficazes de ensinar aos jovens a convivência das diferenças individuais”.

É por meio da educação que o futebol poderá ser reconhecido como um esporte para todos/as. Além disso, a educação poderá contribuir para que, futuramente, as mulheres não sejam discriminadas pelo simples fato de jogarem futebol.

Referências

ADELMAN, M. Mulheres atletas: ressignificações da corporalidade feminina. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 445-465, jul./dez. 2003.

ANJOS, G. Identidade sexual de gênero: subversões e permanências. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 2, n. 4, p. 274-305, jul./dez. 2000.

ASSIS, M. D. P. de; SARAIVA, M. C. O feminino e o masculino na dança: das origens do balé à contemporaneidade. **Movimento**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 303-323, abr./jun. 2013.

BARTHOLO, T. L.; LOVISOLO, H.; SOARES, A. J. Feministas, mulheres e esporte: questões metodológicas. **Movimento**, Porto Alegre, v. 12, n. 3, p.165-191, set./dez. 2006.

BENTO, G. S. et al. Esporte, mulheres e masculinidade. **Esporte e Sociedade**, Rio de Janeiro, ano 5, n. 13, p. 1-22, fev. 2010.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto – Enfermagem**, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679-684, out./dez. 2006.

DARIDO, S. C. Futebol feminino no Brasil: do seu início à prática pedagógica. **Motriz**, Rio Claro, v. 8, n. 2, p. 43-49, dez. 2002.

FERRETTI, M. A. C. et al. O futebol feminino nos Jogos Olímpicos de Pequim. **Motriz**, Rio Claro, v. 17, n. 1, p. 117-127, jan./mar. 2011.

FINCO, D. Questões de gênero na educação da pequena infância brasileira. **Studi sulla formazione**, Florença, v. 1, p. 47-58, 2015.

FRANZINI, F. Futebol é “coisa para macho”? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 25, n. 50, p. 315-328, 2005.

GOELLNER, S. V. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 143-151, abr./jun. 2005.

GUEDES, S. L. **O Brasil no campo de futebol**: estudos antropológicos sobre os significados do futebol brasileiro. Niterói: EDUFF, 1998.

GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, DF, v. 22 n. 2, p. 201-210, maio/ago. 2006.

HEILBORN, M. L.; SORJ, B. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, S. (org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Sumaré, 1999. p. 183-221.

JÚNIOR, W. M.; SALVINI, L. Registros do futebol feminino na revista Placar: 30 anos de história. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 28, n. 49, p. 99-113, nov. 2016.

KASPARY, J. L. **Mulheres e futebol no Brasil**: uma análise a partir dos limites culturalmente construídos e identificados como inerentes a cada gênero. 2018. 75 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul.

LIMA, N. C.; SOUSA, M. G. B. de. (In)visibilidade das mulheres nos campos de futebol: quebra de tabus e ampliação de sua presença no espaço público mediante a prática do esporte profissional. **Eptic**, Sergipe, v. 18, n. 1, p. 150-167, jan./abr. 2016.

LOURO, G. L. Corpo, escola e identidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 59-75, jul./dez. 2000.

LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 46, p. 201-218, dez. 2007.

MOURA, G. X. de et al. Mulher e esporte: o preconceito com as atletas de Rugby da cidade de Maringá-PR. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 29, n. 50, p. 17-30, maio 2017.

NUNES, C. R. F. **Corpos na arena**: um olhar etnográfico sobre a prática das artes marciais combinadas. 2004. 251 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Faculdade de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

OLIVEIRA, C. S. de. **Mulheres em quadra**: o futsal feminino fora do armário. 2008. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande.

PAZ, G. A.; MAIA, M. de F. Sexismo nas aulas de Educação Física: a relação entre pluralidade cultural e diferenciação de gêneros. **Caderno de Educação Física e Esporte**, Marechal Cândido Rondon, v. 10, n. 18, p. 59-65, 2011.

PEREIRA, C. de A. M. Heterossexualidade compulsória: uma análise de modos de subalternização na revista *Jornal das Moças*. **História, histórias**, Brasília, DF, v. 3, n. 5, p. 151-163, 2015.

PISCITELLI, A. Re-criando a (categoria) mulher? *In*: ALGRANTI, L. M. et al. (orgs.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Campinas, IFCH: UNICAMP, 2002. p. 7-41. (Textos Didáticos, n. 48).

ROSA, M. V da. **Educação física e homossexualidade**: investigando as representações sociais dos estudantes do centro de desportos/UFSC. 2004. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Centro de Desportos, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

ROSA, M. V. da; BORGES, A. M.; FERREIRA, F. E. Dispostas e corajosas: mulheres subversoras de normas em um espaço de aprendizagem do Muay Thai em Camapuã/MS. **Práxis**, Novo Hamburgo, v. 2, p. 57-80, maio 2019.

ROSSI, A. J. Políticas para homossexuais: uma breve análise do programa Brasil sem homofobia e do tema transversal orientação sexual. *In*: SEMINÁRIO

INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO: CORPO, VIOLÊNCIA E PODER, 8., 2008, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: UFSC, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2X7QP55>. Acesso em: 30 jul. 2020.

SANTOS, A. C. **Futebol feminino: cartão vermelho para o preconceito**. 2016. 15 f. Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-Graduação (Especialização em Gênero e Diversidade na Escola) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

SANTOS, M. R. dos. Gênero e cultura material: a dimensão política dos artefatos cotidianos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 1, e37361, jan. 2018.

SIMÕES, J. A. Sexualidade como questão social e política. *In*: ALMEIDA, H. B.; SZWAKO, J. (orgs.). **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009. p. 152-190.

SOUZA JÚNIOR, O. M. de; REIS, H. H. B. dos. O canto das sereias: migrações e desafios de meninas que sonham ter o futebol como profissão. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO: DIÁSPORAS, DIVERSIDADES, DESLOCAMENTOS, 9., 2010, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: UFSC, 2010.

SOUZA, M. M de. **Futsal também é coisa de mulher: por que será que elas o praticam?** 2011. 33 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) – Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

VIANNA, C.; FINCO, D. Meninas e meninos na Educação Infantil: uma questão de gênero e poder. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 33, p. 265-283, jul./dez. 2009.

YANNOULAS, S. C. Sobre o que nós, mulheres, fazemos. *In*: YANNOULAS, S. C. (coord.). **Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações**. Brasília, DF: Abaré, 2013. p. 31-65.

Recebido em janeiro de 2020.

Aprovado em julho de 2020.